

A existência de um extenso parque industrial nas zonas ribeirinhas de Sacavém e Moscavide trouxe consequências ambientais negativas significativas para a população dessa área e constituiu um impedimento a um natural desenvolvimento urbano dessa área que permitisse o acesso e fruição da zona ribeirinha.

Com a Expo'98 e a implementação do seu plano de urbanização, iniciou-se um processo que não só requalificou todo esse território, permitindo o seu efectivo usufruto pelas populações, como também permitiu, ainda que de forma excessiva nalguns casos, uma expansão urbana de maior qualidade. Ficaram contudo por cumprir as promessas relativas ao Parque Tejo/Trancão, importante zona de descompressão para estas freguesias e outras limítrofes, ao ser permitida ainda mais construção nessa área, o que contou com o aval da CMLoures.

Contudo, esse território ficou administrativamente entregue a uma entidade – a Parque Expo – sendo os dois municípios abrangidos – Loures e Lisboa – arredados da gestão efectiva do mesmo. Obviamente esse processo criou problemas à população residente na área, que muitas vezes não conseguia uma resposta efectiva para as questões colocadas e que via a criação de uma unidade administrativa – uma única freguesia – como a solução para essa situação.

Paralelamente ao anúncio da extinção da Parque Expo surgem então os projectos de criação da freguesia do Parque das Nações, associada à reforma administrativa do município de Lisboa, uns retirando território a Loures, outros mantendo a separação territorial entre ambos os municípios. Todos esses projectos receberam um parecer desfavorável dos órgãos autárquicos de Loures.

A AR, no dia 1 de Junho, quando já estava em vigor a lei 22/2012 que estabelece as regras e obrigatoriedade da reforma administrativa autárquica, por proposta e votação conjunta do PSD e do PS, aprovou um projecto-lei (120/XII) com um aditamento, sem que fosse feita qualquer consulta ao município de Loures, no qual é criada a freguesia do Parque das Nações, abrangendo território do concelho de Loures. Curiosamente altera igualmente as fronteiras dos dois municípios junto às freguesias da Portela e de Moscavide, coincidindo com uma proposta aprovada na AF da freguesia da Portela no âmbito da discussão da reforma administrativa, o qual previa a expansão dos seus limites até essa zona. Será certamente apenas uma mera coincidência que o partido que detém a maioria na AR e na Portela seja o mesmo e que assim esse desejo seja satisfeito...

A questão principal é que este projecto-lei está constitucionalmente ferido de ilegalidade, pois faz tábua rasa do estabelecido no art.º 249 da Constituição da

República Portuguesa ao não ouvir o município de Loures. Faz igualmente tábua rasa do estabelecido no art.º 3º, alínea b) da lei 22/2012 pelo mesmo motivo, o que foi de imediato alertado pelo PCP na AR e reforçado posteriormente num parecer do Prof. Dr. Jorge Miranda.

Este é um procedimento inadmissível, pois cabendo embora à AR a definição dos territórios das freguesias e dos municípios, esta não pode de forma alguma sobrepor-se à Constituição da República e às leis por si mesma aprovadas. É também a passagem de um atestado de menoridade e de desprezo aos municípios, neste caso particular a Loures, patente nas afirmações proferidas por um deputado da maioria na AR. Mas essa é uma posição e atitude que, infelizmente, vai sendo comum...

Não podemos no entanto deixar de realçar que não obstante a posição de voto tomada por três deputados do PS, nos quais se inclui o Sr. presidente da AM, posição essa que nunca poderia ser outra tendo em atenção as responsabilidades que tem no concelho, muito estranhamos a aparente falta de coordenação e de diálogo dentro do PS. É este partido quem detém a maioria em ambos os municípios – Loures e Lisboa – e, ao que parece, foi tomado como certo pelo grupo parlamentar do PS na AR, o qual é igualmente subscritor através de três dos seus deputados do projecto de lei apresentado e aprovado com a maioria dos votos do seu grupo, que haveria entendimento entre os dois municípios sobre esta matéria, a não ser que, apesar das posições públicas tomadas, esse entendimento exista e mais não seja do que uma cortina de fumo.

O que nos parece igualmente inadmissível é mais este ataque ao Poder Local democrático e o total desprezo demonstrado de forma clara pelo PSD na AR pela forma arrogante como discutiu este assunto e se recusou a ouvir e aceitar os argumentos apresentados pelos partidos da oposição quando estes apontaram as ilegalidades cometidas e a forma atabalhoada como o processo foi conduzido.

Como tal não aceitaremos de forma alguma esta imposição e recorreremos a todos os meios ao nosso alcance para a combater, apelando aos restantes partidos que nos acompanhem e que desta assembleia saia uma posição de consenso que tenha em conta os interesses do concelho e da sua população e não apenas meras subserviências partidárias.

Loures, 14 de Junho de 2012